
Recebido: 7-01-2019 | Aprovado: 22-04-2019 | DOI: <https://doi.org/10.23882/MJ1903>

Jovens adultos que viveram acolhidos: Autonomização desafiante

Youngsters who lived in foster care: Challenging autonomization

João Pedro Gaspar, IPCDHS, Universidade de Coimbra, Portugal (gasparjp@gmail.com)

Maria Fernanda Gaspar, IPCDHS, Universidade de Coimbra, Portugal (fernandagaspar.consulta@gmail.com)

João Daniel Melo, Plataforma PAJE - Apoio a Jovens (Ex)acolhidos, Portugal (joaodgmelo@sapo.pt)

Sara Santos, Plataforma PAJE - Apoio a Jovens (Ex)acolhidos, Portugal (saradsantos28@gmail.com)

Resumo: Em Portugal, a problemática do acolhimento residencial não é recente. A autonomização dos jovens ex-acolhidos, pela sua história de vida antes e durante a medida de acolhimento residencial, é, naturalmente, desafiante. Este artigo pretende apresentar a Plataforma PAJE - Apoio a Jovens (Ex)acolhidos, bem como fundamentar o seu aparecimento e a sua intervenção. A PAJE tem como público-alvo jovens com historial de acolhimento residencial e, tendo por base uma perspetiva holística, modelo Bioecológico (Bronfenbrenner), engloba todos os contextos onde estão ou tenham estado inseridos. Esta visão desenvolvimentista, com abordagem multidisciplinar, atua em três eixos: Apoio a ex-acolhidos; Formação em Casas de Acolhimento; Investigação científica. Contactando com a problemática a jusante, a Plataforma ao preveni-la a montante, aplica um modelo de educação não formal, direcionado para a autonomização, respeitando a individualidade, tendo por base a história de vida de cada um, promovendo uma emancipação bem-sucedida, transições favoráveis e a inclusão social.

Palavras-chave: autonomização, contextos sociais, inclusão social, jovens

Abstract: In Portugal, the foster care issue is not new. The former foster home resident youngster's autonomization is naturally defying, because of their life history before and during the time in foster care. This article aims to present Plataforma PAJE – Apoio a Jovens (Ex)acolhidos, as well as justifying its birth and intervention. PAJE's target people are youngsters who lived in foster homes. Based on a holistic perspective, the Bioecological Model (Bronfenbrenner), it encompasses every context in which they have been included. This developmental vision, alongside with a multidisciplinary approach, acts in three axis: Support to former foster home residents; Training in Foster Homes; Scientific research. By contacting the downstream problem, Plataforma PAJE prevents its upstream, and applies a model of non formal education, directed towards autonomization, respecting individuality, and having each one's life history as its work basis, promoting a successful emancipation, favorable transitions and social inclusion .

Keywords: autonomization, social contexts, social inclusion, youth

Introdução

As histórias de vida de cada indivíduo refletem um leque infinito de possibilidades e diferenças, não existindo duas iguais. No entanto, algumas têm em comum as marcas deixadas pelos mesmos temas ou experiências, pela convivência na mesma cultura ou escola, família ou grupo desportivo. Não é raro que famílias desestruturadas, maus-tratos e institucionalização façam parte das histórias de crianças e jovens, categorizando-os, muitas vezes, como vítimas precoces.

Um desenvolvimento pleno num ambiente securizante é essencial ao longo de toda a vida, com especial relevo na infância. Os sistemas estão em pleno crescimento e formação, vulneráveis às adaptações ao meio ambiente. Vários estudos apontam para o facto de o desenvolvimento do cérebro ser afetado pela exposição a eventos traumáticos e experiências adversas na infância, quer a nível cognitivo quer a nível social e emocional (Iowa, 2012; Noble, Houston & Brito, 2015). Uma ativação prolongada do sistema de resposta ao stress perturba o desenvolvimento da arquitetura cerebral e aumenta o risco de doenças relacionadas ao stress e disfunção cognitiva. Quanto maior o número de experiências adversas na infância, maior a probabilidade de atrasos cognitivos e problemas de saúde física e mental (Iowa, 2012). O desenvolvimento do cérebro começa com o tronco cerebral e desenvolve para fora. Consequentemente, um desenvolvimento saudável depende de uma base forte desde o início. A experiência de stress tóxico na infância pode resultar numa fundação fraca e desenvolvimento perturbado nos restantes estádios de desenvolvimento (Iowa, 2012). Uma intervenção precoce é, assim, fundamental. Quanto mais tardia for a intervenção maior o desafio uma vez que será mais difícil alterar estruturas de personalidade e padrões de pensamento oriundos de experiências menos positivas. A criança ou jovem internaliza o que ouve e experiencia com os que lhe são mais próximos, podendo criar modelos internos de si e dos outros negativos, o que trará dificuldades a nível social, emocional e comportamental. Crianças institucionalizadas têm por princípio uma história negativa que as levou ao acolhimento. Embora, no passado, as instituições fossem um lugar de acolhimento de órfãos de pai e de mãe, na atualidade, as crianças institucionalizadas são retiradas às famílias por estas colocarem em perigo a sua segurança, saúde,

formação, educação ou desenvolvimento, ou quando o perigo resulte de ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo (art.3º da Lei n.º 23/2017, de 23 de maio, terceira alteração à Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo). Nos temas que na atualidade justificam a institucionalização sobressaem as diversas formas de negligência, representando 72% das situações de perigo identificadas, seguido das situações de mau trato psicológico (8,5%), sendo ainda expressivos os maus tratos físicos (presentes em 3,4% das crianças) e os abusos sexuais (presentes em 2,8% das crianças acolhidas) (CASA, 2016).

Estas situações são um ponto crucial na história desenvolvimental, representando verdadeiros danos que, sem auxílio adequado, jamais serão revertidos. No entanto, a institucionalização não surge como a solução mais eficiente, constituindo mais um perigo no desenvolvimento das crianças. As suas respostas não são suficientes, havendo uma tendência generalizada para isolar as crianças da sociedade em geral e de não prestar os cuidados emocionais e de atenção necessários (Berens e Nelson, 2015).

A PAJE foca o seu trabalho num grupo específico de jovens que, devido às suas experiências de vida, demonstram fragilidade e falta de preparação em relação aos desafios que lhes são apresentados pela sociedade e meio onde se inserem. É sua missão ajudar os jovens que estão prestes a deixar as instituições de acolhimento, ou que já as abandonaram, na sua autonomização, zelando pela integração destes na sociedade como cidadãos. Este desafio implica mecanismos de ação que não são de todo estandardizados, mas sim adequados às necessidades de cada indivíduo. Surge então a problemática da implementação de uma educação e apoios não-formais, que não constituam mais uma obrigação aparentemente dispensável, mas, ao invés, uma oportunidade de aquisição de ferramentas indispensáveis a uma vida melhor.

É de salientar que o presente artigo tem dois objetivos principais. O primeiro objetivo será apresentar uma das realidades mais negras e problemáticas da institucionalização, a qual afeta ainda um grande número de jovens. Outras situações existem, casos de maior sucesso, instituições mais bem-adaptadas ou exceções extraordinárias à regra. Mas com mais ou

menos impacto, toda a experiência institucional, incluindo o antes e o depois, afeta o desenvolvimento harmonioso da criança e/ou jovem. O segundo objetivo será apresentar a Plataforma PAJE – Apoio a Jovens (Ex)Acolhidos, uma plataforma portuguesa que apoia jovens com historial de acolhimento residencial, e os projetos que se encontra a implementar, contextualizando e fundamentando a sua origem e o seu modo de intervenção de forma teórica e científica, bem como recorrendo aos dados obtidos durante o I Encontro Nacional de Jovens (Ex)Acolhidos (intervenção dos participantes e questionários anónimos aplicados a jovens acolhidos e ex-acolhidos).

Maus-tratos e Institucionalização no Desenvolvimento

O maltrato, de carácter passivo ou ativo, engloba uma série de atitudes violentas, que poderão trazer consequências para o desenvolvimento da criança (Alberto, 2010). Estes maus-tratos podem tomar diferentes formas, esconder-se por detrás de várias máscaras e, por vezes, nem serem detetados. Neste ponto, interessa referir, além dos outros tipos de abuso comumente conhecidos (abuso físico, sexual, emocional, psicológico, etc.) a negligência, que se caracteriza por uma falta de resposta constante às necessidades básicas da criança, sejam elas educativas, alimentares, higiénicas ou afetivas (Alberto, 2010). Dentro deste, é muitas vezes incluído o abandono, enquanto rejeição total da criança por parte dos pais, que não assumem as funções parentais de proteção e educação (Alberto, 2010). Esta negligência pode ser invisível, sendo essencialmente psicológica, e podendo traduzir-se no ignorar de necessidades sociais e afetivas (Alberto, 2010). Segundo o Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens (CASA) do Instituto da Segurança Social (2016), a falta de acompanhamento e supervisão parental constitui-se como a situação de perigo que resultou em maior número de institucionalizações.

Os jovens que cresceram em instituições mostram com frequência problemas a nível social e comportamental, dificuldades na regulação emocional e de adaptação. A necessidade de criar uma barreira em termos emocionais é perceptível nas verbalizações de alguns jovens (“na instituição temos de ser insensí-

veis em termos emocionais. Temos de ser sempre muito fortes”, “Desde pequenos temos de começar logo a arranjar forma de ultrapassar sempre tudo”). Vários estudos mostram diferenças estruturais em várias áreas do cérebro, nomeadamente nas responsáveis pelas emoções e memórias e comprovam através de imagens de atividade cerebral que essas são áreas subdesenvolvidas (IOWA, 2012). Apesar de ainda não haver um entendimento completo do funcionamento e disfunção das redes neurológicas que estão na base destes problemas, sabe-se que a exposição a situações críticas, como os maus-tratos e a negligência, durante o desenvolvimento da criança, tem repercussões nesse mesmo desenvolvimento (a longo prazo), criando padrões nocivos originários de respostas originalmente adaptativas à situação de perigo. Quando uma intervenção/mudança positiva de contexto aparece antes dos dois anos, os efeitos nocivos podem ser completamente alterados. Com o desenvolvimento e maturação do cérebro, torna-se cada vez mais complicado, com a idade, reverter as disfunções causadas (Berens e Nelson, 2015).

Importa, por isso, refletir acerca do papel da instituição enquanto fator de mudança nesta espiral de dificuldades no desenvolvimento do jovem. Podendo ser, e tendo o propósito de ser, a oportunidade do jovem para ter um crescimento saudável em termos físicos e emocionais, é necessário perceber se esse trabalho junto do jovem está a ser realizado.

Não só a saída, como também a entrada e a mudança entre instituições, são transições tumultuosas na vida do jovem, sendo que, para qualquer uma delas, existe uma notória falta de mecanismos de apoio à adaptação. Sendo a institucionalização, uma etapa que, por si só, poderá ser extremamente disruptiva, a inexistência destes mecanismos torna este processo muito mais doloroso. É comum os jovens preferirem ficar no seio de famílias desestruturadas e de risco onde possuem figuras de vinculação, mesmo que estas os maltratem, em detrimento da ida para a instituição. A opinião dos mesmos é que deveria existir uma preparação para a entrada na instituição, embora seja mais valorizada a preparação para a saída (“acho que não é necessária preparação para a entrada. É quase impossível prepararem-nos (...) na saída é que era importante”, “Estamos pouco informados sobre como fazer as coisas sozinhos. O silêncio da noite é

incomodativo (...) estar sozinho é muito difícil (...) estamos habituados a estar sempre com muita gente”, “houve preparação para a entrada. Soube 1 semana antes, mas não estava mentalizada. Em relação à saída sentia-me preparada mas foi complicado”; “existem técnicos que não fazem o trabalho deles (...) Um pai quando deixa um filho deixa-o de forma gradual. Num instituição o técnico não faz isso. Faz falta esta preparação para os jovens mas também faz falta a preparação para quem tem de preparar o outro”). Aquando da saída da instituição, em paralelo com a chegada à idade adulta (mais ainda sendo demasiado novo), o jovem é lançado ao “mundo real”, para o qual não possui competências. Em ambas as situações há uma quebra de contacto com figuras significativas e a exposição a um meio novo e assustador, sem um acompanhamento adequado e facilitador. Atualmente somos alertados para o carácter prejudicial da inexistência de figuras de vinculação, ou de ter um padrão de vinculação inseguro, no desenvolvimento. A este propósito os jovens referem a falta de apoio como ponto essencial para as dificuldades sentidas no pós-acolhimento (“Devia dedicar-se mais tempo na preparação para a entrada na Instituição e saída da Instituição. Por vezes tudo isto se resume a conversas pontuais”, “Damos valor a pequenas coisas. É diferente”, “Pensava que a vida cá fora era fácil”, “Aos 18 senti que queria sair da instituição e pedi ao tribunal, mas a verdade é que cheguei a passar fome e a viver na rua”, “Senti muita falta de apoio quando me deparei com a vida fora da Instituição”).

A falta de relações de qualidade dentro das instituições constitui-se como um dos principais constrangimentos do acolhimento residencial (Freundliche Avelly, 2006, citado por Calheiros et al., 2013). Sampaio (2006), remetendo às teorias de Bowlby e de Ainsworth, defende que a qualidade das experiências de vinculação precoces, tanto durante a infância como durante a adolescência, tem uma influência direta na capacidade da criança para construir posteriormente laços afetivos na sua vida.

Vários estudos mostram a influência da institucionalização no funcionamento socio-emocional logo nos primeiros meses de vida. Uma investigação realizada em 2012 com 85 crianças com idades entre os 12 e os 30 meses de idade, em 19 Casas de Acolhimento, mostrou a dificuldade destas crianças para criar laços afeti-

vos com os seus cuidadores e a existência de padrões atípicos de vinculação em metade destas crianças (Soares, Batista, Marques e Silva, 2012). Outro estudo apresentado em 2009 centrou-se no desenvolvimento mental e na qualidade do funcionamento socio-emocional de 16 crianças entre os 3 e os 6 anos, institucionalizadas em Casas de Acolhimento Temporário, relacionando-os com a qualidade das narrativas sobre o apego dos seus cuidadores. Neste caso, os resultados sugeriram que o nível de desenvolvimento mental ficava abaixo dos valores normativos (Pereira, 2010).

A teoria da vinculação (Bowlby, 1969) defende que as crianças criam referências humanas de comportamento com base nas pessoas com quem têm uma relação de proximidade de afeto. São essas pessoas que lhes ensinam as noções de bem e mal, correto e incorreto e todas as outras relacionadas com ações comportamentais. O que acontece nas crianças e jovens institucionalizados é que a perda ou não existência de uma dessas referências pode desequilibrar, ainda mais, aspetos importantes das suas vivências sociais. É, portanto, essencial que exista um acompanhamento contínuo e humanizado por parte dos educadores das instituições para que se possa estabelecer uma relação de confiança e se crie um ambiente securizante que garanta um desenvolvimento harmonioso para a criança/jovem.

No seio da instituição, cabe aos cuidadores, devido à sua proximidade com os jovens, motivar, aconselhar e serenar. No entanto, no geral, estes não revelam a dedicação adequada à substituição de uma figura de vinculação, podendo a sua conduta, muitas vezes distante e autoritária, entrar no conjunto de fatores prejudiciais para o desenvolvimento do jovem. A relação com estas figuras (professores, auxiliares e técnicos), bem como com os pares, podem constituir-se como vivências negativas para o jovem, não lhe permitindo suprimir as necessidades de suporte e confiança, e podendo mesmo atuar como fator de manutenção nas dificuldades do jovem em confiar e sentir-se seguro na sua relação com outros. Esta manutenção de padrões pouco saudáveis de relacionamento com os outros irá, por seu lado, ter um papel nefasto na visão que o jovem tem de si mesmo. A respeito da dificuldade no estabelecimento de uma relação de vinculação com os cuidadores vários jovens verbalizam que “no sistema de acolhimento deveria apostar-se na preparação para os educadores, funcionários”, “se eles estiverem for-

mados vão conseguir educar os outros melhor”, “é complicado lidar com muitas personalidades muito diferentes mas é importante perceber que por trás de cada individuo está uma história.” “Primeiro é preciso humanizar. Nós não somos números nem máquinas (...) depois perceber que esta pessoa um dia vai lá para fora e por isso é preciso prepará-la e ir inculcando responsabilidade”, “Os técnicos devem inculcar responsabilidade em cada criança / jovem para que estes interiorizem o que devem fazer por eles próprios”, “Começa pelo educador. Deve dar-te liberdade aos poucos”, “Às vezes sentia-me um número. Saí da instituição e quando regresssei, a minha capa (o processo) estava fechada num armário lá em baixo. Quando um filho sai de casa os pais não guardam as fotografias num armário fechado”. Existem, no entanto, aqueles que conseguiram estabelecer laços e que reforçam a importância dos mesmos (“ainda hoje me sinto um bocadinho acolhida por essas pessoas”, “mantenho amizades com as pessoas de lá”, “deixei marcas em alguns de lá (...) são laços que criamos ao longo do tempo”, “a minha verdadeira família, a que eu considero, é a minha instituição. Nunca os vou esquecer nem a instituição se vai esquecer de mim”, “foi uma base para aquilo que sou hoje”, “agora olho para as coisas de outra maneira. Dou valor àquilo que tenho e àquilo que conquistei”, “nós é que criamos a nossa própria família”, “os meus colegas, os meus irmãos (...) a nossa família somos nós”, “Continuo a manter contacto com quase toda a gente”).

Assim, nem sempre existe uma relação de confiança com os cuidadores e, mesmo que tenha existido, quando os jovens acolhidos atingem a idade adulta, muitos saem dos Lares onde cresceram sem qualquer apoio de retaguarda. Esta transição é muito significativa para os jovens e tem de ser compreendida sob uma perspectiva holística, englobando todos os contextos onde estão ou tenham estado inseridos. Por isso mesmo, surge como referência na tentativa de compreensão das conexões entre as principais esferas de desenvolvimento (família, escola, instituição), o Modelo Ecológico de Bronfenbrenner (1979/2004), mais recentemente denominado de Modelo Bioecológico (Bronfenbrenner, 2004), que considera o desenvolvimento de forma vasta, focando-se nas interações das pessoas nos seus distintos contextos de vida. De acordo com uma perspectiva ecológica, a criança ou jovem

e os seus contextos influenciam-se mutuamente ao longo do tempo (Cicchettie Valentino, 2006).

Segundo Bronfenbrenner, as transições não-normativas (nas quais se incluem acontecimentos inesperados como a entrada para uma casa de acolhimento) ou normativas (como a autonomização planeada), são geradoras de mudanças na percepção de si mesmo e dos outros e no estabelecimento de relações. A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano destaca a importância das transições que ocorrem no ambiente ecológico - as chamadas transições ecológicas - consideradas ao mesmo tempo produto e produtor de mudanças no desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1979/2004).

Em termos práticos, Schlossberg refere que, fazendo uma leitura dos 4 S's (*Situation, Support, Self, Strategies*) do individuo, é possível delinear a área do problema e serenar o sofrimento da mudança, modificando essa área (Schlossberg, 1977).

Para os jovens adultos em geral, o modelo tradicional de transição engloba a sucessão de três fases bem definidas e delimitadas: o trajeto escolar, a entrada no mercado de trabalho, o casamento e a saída da casa dos pais (Galland, 1991). Apesar de permanecerem essenciais para a esmagadora maioria dos jovens, tendem a ser adiadas e deixam cada vez mais de corresponder a três fases claras e bem delimitadas do processo de transição. Para os adultos e jovens adultos ex-institucionalizados que se autonomizaram na Casa de Acolhimento onde cresceram, um regresso à casa dos pais, por norma, está posto de parte, emergindo antes em novos modelos não-lineares de transição, centrados no risco e na imprevisibilidade, caracterizados por uma sucessão de situações complexas e transitórias, experiências e retrocessos (Brannen e Nilsen, 2002). Por um lado, a entrada no mercado de trabalho nem sempre é consistente e duradoura, por outro o casamento raramente está associado à saída da instituição, fatores que abrem um campo infinito de oportunidades, combinações e experiências.

O jovem adulto em processo de autonomização necessita de se adaptar à mudança e fazer uma transição positiva, pois os bons e os maus episódios exigem alterações na sua compreensão do mundo e, se assim não acontecer, podem destabilizar os seus procedimentos. Se compreendidas e suportadas, as transições podem ser momentos decisivos e oportunidades; porém, se tal não acontecer, podem conduzir à depres-

são a longo prazo, à quebra de relacionamentos e de carreiras, ou até ao suicídio.

Alguns jovens institucionalizados evitam a todo o custo pensar no momento da saída da Casa de Acolhimento, adiando a tomada de decisões, comungando de um certo “sebastianismo salvador” que possa inverter as coisas ou resolvê-las por si mesmo.

No entanto, a natureza humana é pluralista, equipando o ser humano de uma capacidade aparentemente única de tolerar as mudanças e adversidades, adaptando-se ao seu meio (Bronfenbrenner, 1994). Assim, existem casos de sucesso de jovens que ultrapassam as suas barreiras desenvolvimentais. A resiliência é uma característica essencial para o sucesso, tratando-se de um processo dinâmico e não estático. A compreensão da resiliência contribui para a compreensão do papel dos processos ontogenéticos na determinação da manifestação de adaptação ou inadaptação em cada estágio desenvolvimental (Cicchettie Valentino, 2006).

A literatura revela que maus tratos e negligência na infância são um dos preditores mais fiáveis de problemas desenvolvimentais, comportamentais e de saúde em crianças, com efeitos que podem persistir durante a idade adulta e até ao longo de gerações (Joseph, O'Connor, Briskman, Maughan e Scott, 2014), colocando estas crianças em elevado risco de uma trajetória inadaptativa (Cicchettie Valentino, 2006). As condições

ecológicas associadas aos maus tratos e uma ausência de suportes ambientais adequados levam a um aumento do risco de uma resolução malsucedida das tarefas desenvolvimentais (Cicchettie Valentino, 2006).

Os estudos científicos, apesar de muitas vezes se mostrarem inconsistentes e nem sempre suportarem as observações empíricas, talvez devido à natureza multidimensional e plurideterminada do fenómeno, têm encontrado padrões cada vez mais consistentes a nível das consequências dos maus-tratos e do desenvolvimento sob exposição prolongada e excessiva ao stress. O cérebro de crianças de estratos socioeconómicos mais baixos é cerca de 6% mais pequeno do que outras crianças (Noble, Houston & Brito, 2015), sendo de notar, no entanto, que correlações não são causas, e que, por exemplo, famílias de estratos elevados podem igualmente envolver-se em situações de violência doméstica, abuso sexual, negligência, entre outros. As imagens cerebrais são os melhores indicadores do contraste em estrutura e atividade nos cérebros de crianças normais e crianças que cresceram num ambiente de negligência. A Figura 1 mostra a diferença de atividade neuronal entre uma criança saudável e uma criança que cresceu num orfanato, desprovida de grande contacto emocional. A baixa atividade nos lobos temporais pode indicar falta de capacidade para o relacionamento social e emocional com os outros.

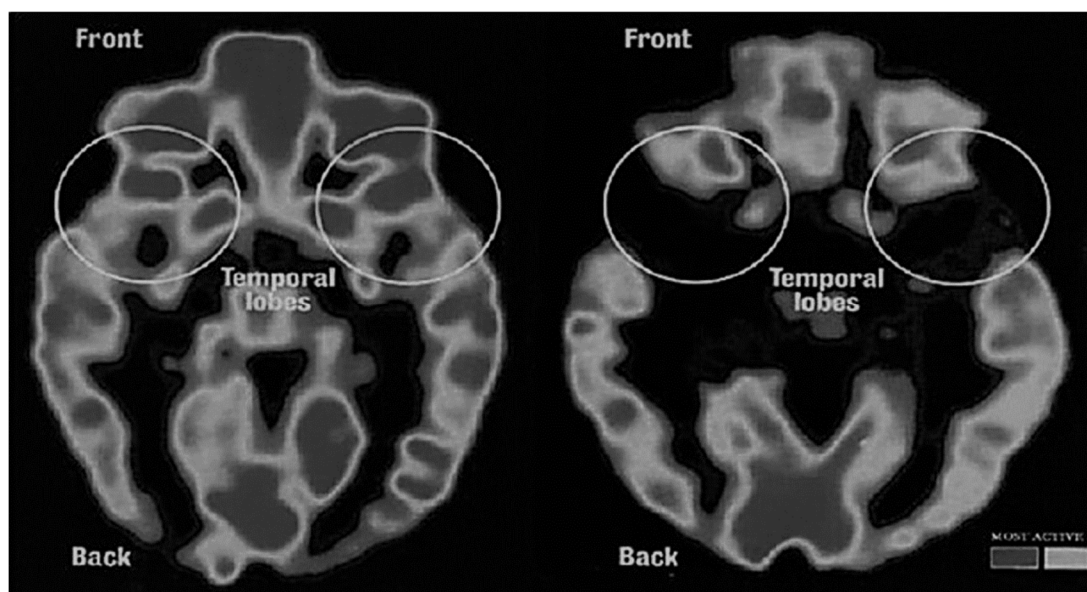


Figura 1—Atividade cerebral num cérebro saudável (esquerda) e num cérebro sujeito a privação afetiva (direita) (IOWA, 2012)

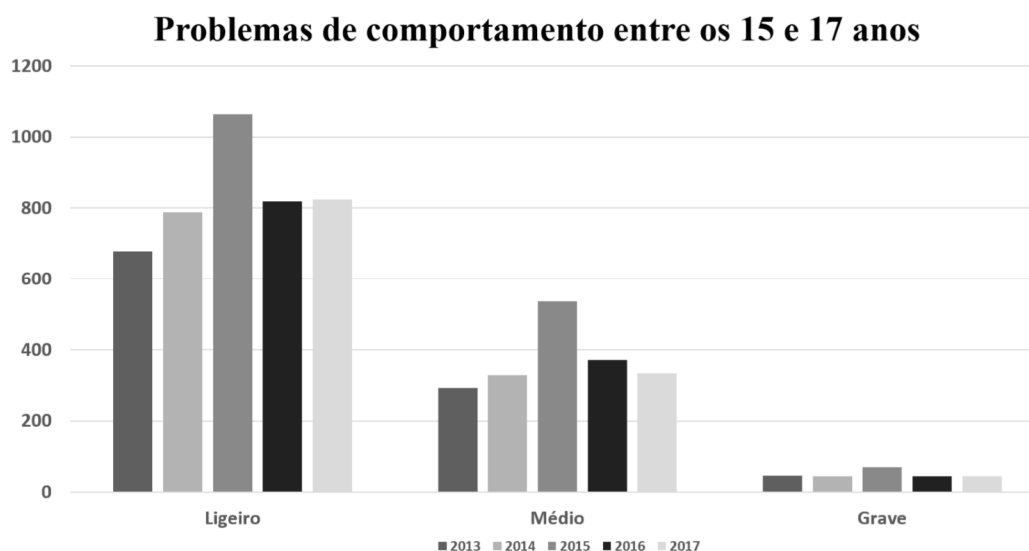


Figura 2—Jovens acolhidos com problemas de comportamento entre os 15 e 17 anos (adaptado a partir do CASA, 2013; 2014; 2015; 2016; 2017)

Os comportamentos inadequados e má prestação na escola, muitas vezes levam a que crianças e adolescentes sejam rotulados de antissociais, problemáticos ou “casos perdidos”. Na idade adulta podem persistir os comportamentos disruptivos que os levam a vícios e a problemas com a lei.

Numa análise ao Relatório CASA desde 2013 até 2017, apurou-se que os jovens entre os 15 e os 17 anos apresentam predominantemente problemas de comportamento Ligeiros em detrimento dos Médios e Graves (Figura 2).

O sistema nervoso central está programado para responder a situações de stresse de forma adaptativa. No entanto, se o organismo for exposto de forma violenta ou prolongada a tais situações, podem desenvolver-se lesões e padrões disfuncionais com efeitos nocivos a nível social, cognitivo, emocional, na aprendizagem, na saúde e no comportamento (Iwoa, 2012). É no seguimento desta lógica que crianças que são vítimas precoces, e mais especificamente os jovens ex-acolhidos, estão suscetíveis a constituir uma dimensão geralmente ignorada de necessidades educativas especiais (NEE).

A Educação Formal, Informal e Não-Formal e os jovens (ex)acolhidos

As taxas de insucesso escolar entre os jovens insti-

tucionalizados são significativas, mostrando-se elevadas em jovens entre os 15 e os 17 anos, segundo os dados do Relatório CASA de 2014, 2015, 2016 e 2017.

Apesar das causas serem múltiplas, surge a preocupação de ultrapassar as barreiras da educação formal, à qual os jovens mostram falta de responsividade.

La Belle (1981, 1982) divide o sistema educativo em três setores: educação formal, educação informal e educação não-formal. A educação formal refere-se à existência de uma instituição, é cronológica e hierarquicamente estruturada. A educação informal é um processo que decorre ao longo da vida, resultante do contacto com o meio envolvente, em que a pessoa vai adquirindo, aprendendo e acumulando conhecimento, ferramentas, atitudes e perceções diferentes no contacto com os diferentes desafios que lhe vão surgindo. Por fim, a educação não-formal é definida pela autora como qualquer tipo de formação organizada, sistemática ou qualquer atividade programática educacional, externa ao enquadramento da educação formal, para determinado grupo-alvo e com tipos de aprendizagem seleccionados. Os diferentes tipos de educação coexistem simultaneamente, por vezes de forma harmoniosa e outras vezes de forma conflituosa. A diferença está, segundo a autora, no nível de formalidade imposta ou na ênfase dada à formalidade que faz com que, para além da educação formal, a

educação informal e não-formal possam ou não coexistir na mesma configuração institucional. La Belle (1981, 1982) conclui afirmando que todos os indivíduos estão sempre vinculados a uma ou mais formas de educação e de experiências educativas da qual cada um cria uma figura única da influência educacional consoante o seu nível socioeconômico, gênero e identidade étnica e religiosa.

A educação formal é construída à volta de um sistema rigoroso de regras e obrigações. A principal entidade formal na vida de uma criança/adolescente é a escola. Os professores são os agentes educadores, muitas vezes pouco alertados para as necessidades especiais dos alunos, nomeadamente daqueles que não estão formalmente categorizados nas NEE e que são, por vezes, vistos como marginais. De uma perspetiva ecológica, as crianças institucionalizadas podem desenvolver problemas que são deficitários do seu comportamento. Se o meio cria barreiras com impacto neurológico, as dificuldades consequentes serão generalizadas aos vários contextos de vida. O social é muitas vezes ignorado, desleixando a aptidão relacional, da qual o ser humano é extremamente dependente. Apesar do meio escolar ser, por força da sociedade, um dos mais valorizados, as verdadeiras razões para o insucesso no mesmo são regularmente ignoradas. A posição socioeconómica da família define as probabilidades de atenção e acompanhamento psicológico, incluindo diagnóstico de uma perturbação. No caso de jovens acolhidos, não existe família nem poder social que alerte alguma preocupação para os potenciais comportamentos e desempenhos atípicos. Por outro lado, a educação informal é também condicionada, uma vez que os jovens são retirados do seio da família, afastados da sociedade e de outros contextos que forneceriam, noutras circunstâncias, aprendizagens imprescindíveis à vida social e comunitária. As aprendizagens mais simples, como tomar conta de uma casa ou preencher documentos do quotidiano de qualquer cidadão, são subvalorizadas. Não existem, muitas vezes, ensinamentos de pertença a um grupo e as experiências vivenciais do que é viver em família, numa cultura, numa religião ou num grupo de amigos acabam por cessar.

Neste contexto, a educação não-formal surge como resposta às necessidades causadas por estas condicionantes. A problemática surge das necessidades e desafios do dia-a-dia. Caracterizada pela participação voluntária ou pela força das circunstâncias de vida, a educação não-formal estabelece um meio onde o agente educador é o “outro”, numa dinâmica interativa e coletiva que visa capacitar o indivíduo para ser um cidadão no mundo (Gohn, 2006).

Chazan (2003) afirma que a educação não-formal, no período pós-moderno, virá a tornar-se no modelo de educação mais predominante, pela maior facilidade de adaptação às mudanças nos desafios que se vão afigurando em termos educacionais, devido à sua natureza, menos enraizada teoricamente e menos institucionalizada que a educação formal.

Sendo mais flexível e menos estruturada que a educação formal, é capaz de providenciar um espaço seguro e protegido aos adolescentes que precisem e queiram deliberadamente dar passos em direção à sua independência e adultez sem terem que passar pelo confinado sistema de educação formal. Em larga medida, os objetivos da educação não-formal passam por ajudar os adolescentes a lidar com a luta pela sua identidade pessoal. Durante a adolescência os jovens passam por mudanças a vários níveis relacionadas com uma infinidade de tarefas desenvolvimentais tais como a sua personalidade, identidade pessoal e social e, também, a tomarem autonomamente decisões acerca do seu futuro. As experiências dos adolescentes em âmbito social não-formal exigem que estes desenvolvam estratégias de coping em várias áreas que a educação não-formal não pode ou não é capaz de acomodar/trabalhar (Romi, Shlomo, Schmida e Mirjam, 2009).

Para os voluntários e técnicos que intervêm diretamente com jovens em risco, a criação de um ambiente positivo, com figuras de referência positivas, que mantêm uma atitude previsível, estável, afetuosa, e ao mesmo tempo, definidora de limites e obrigações, permitindo e dando espaço aos jovens para a reformulação de hábitos e atitudes e criação de vínculos, deverá ser um objetivo.

As questões de formação de identidade no âmbito da educação não-formal também se aplicam aos jovens que não estão em risco embora em menor grau.

Estes últimos, por norma, participam em atividades de educação não-formal de forma não deliberada. Ainda assim, esta definição permite-lhes expressar de forma autónoma o seu desenvolvimento. Este modelo de educação também afeta o modo como os jovens vêem o mundo, os seus hábitos, a responsabilidade pessoal e sentimentos numa variedade de áreas da sua vida. A educação não-formal tem um fator de espontaneidade, de improviso e de relações humanas mais igualitárias, permitindo ao jovem desfrutar de sentimentos de pertença e, sentir-se encorajado a construir as suas experiências de forma autêntica, sem temer as reações dos outros.

O surgimento da Plataforma PAJE – Apoio a (ex)acolhidos

A PAJE nasceu no âmbito de um projeto de investigação/ação e como fruto de cerca de quinze anos de trabalho de campo em contacto com jovens institucionalizados, acompanhando o seu percurso durante e após a institucionalização. Nesta sequência desenvolveu-se a tese de doutoramento de Gaspar (2014), “Os desafios da autonomização: estudo compreensivo dos processos de transição para diferentes contextos de vida, na perspectiva de adultos e jovens adultos ex-institucionalizados” que se focou nas dificuldades que os jovens encontram ao saírem das instituições sem a vivência normativa na família, muitas vezes desprovidos de conhecimentos e capacidades que lhes permitam a autonomização e a transição eficaz para os contextos sociais, familiares e profissionais.

O surgimento da PAJE advém também da análise dos dados do Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens (CASA) do Instituto da Segurança Social que refletem um aumento dos jovens institucionalizados entre 2013 e 2015 como se verifica na Figura 3. Observou-se um aumento de 155 jovens em regime de institucionalização entre 2013 e 2015, e um aumento dentro da faixa etária dos 15 aos 17 anos nesses mesmos anos (Figura 4), que confirma a pertinência da criação e existência de uma plataforma que apoie os jovens quer no período pós-acolhimento, quer na pré-autonomização. Apesar de ligeiras alterações no número anual de acolhidos, a redução não é significativa (eventualmente acompanhará a tendência demográfica), de resto, a análise numa escala temporal mais alargada, pode indiciar que a maturidade dos procedimentos e do sistema tende a manter alguma estabilidade em relação ao número de acolhimentos em Portugal.

Atuando em três eixos de intervenção – Apoio, Formação e Valor Humano – a Plataforma PAJE visa promover a inclusão social através de uma equipa multidisciplinar, criando laços de confiança, interesse mútuo, concorrendo para um contexto securizante, tão necessário para quem já sofreu abandonos.

A PAJE propõe-se prestar apoio (psicológico, jurídico, aconselhamento, etc.) de forma informal, colocando os conhecimentos e experiência de profissionais voluntários, ao serviço de quem não foi bafejado pela sorte, numa fase precoce da vida, restituindo um

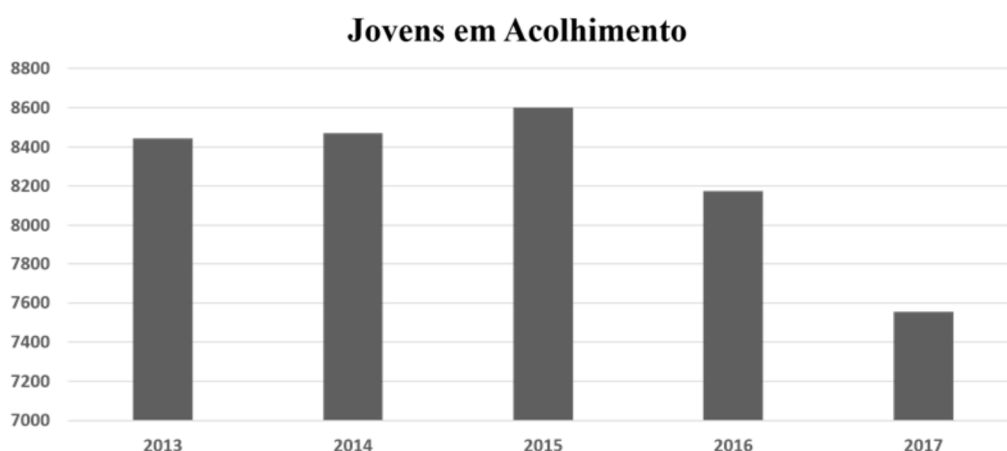


Figura 3—Número de Jovens em Acolhimento nos últimos 5anos (adaptado a partir do CASA, 2013; 2014; 2015; 2016; 2017)

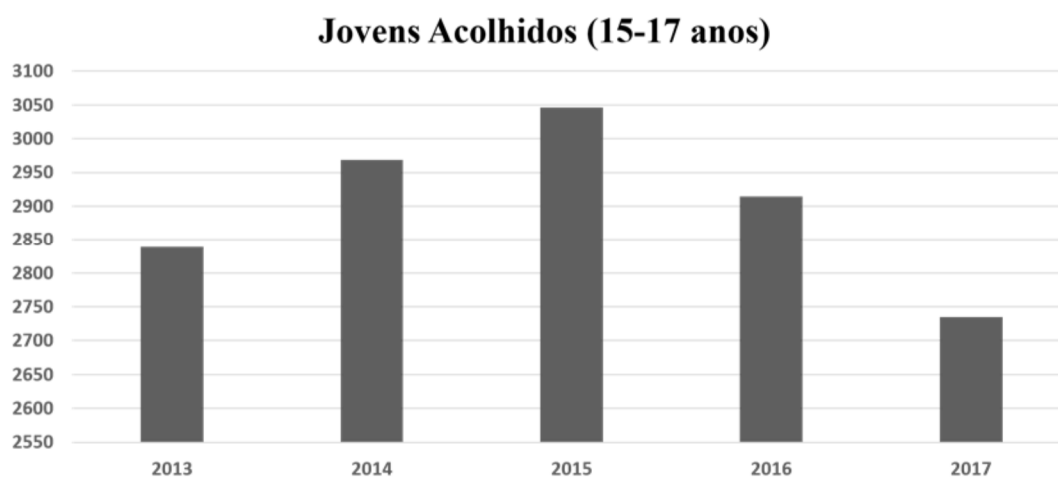


Figura 4—Número de Jovens Acolhidos com idades entre os 15 e os 17 anos, nos últimos 5 anos (adaptado a partir do CASA, 2013; 2014; 2015; 2016; 2017)

pouco de justiça; evitar a exclusão e promover a inclusão (social, laboral...) assim como transições favoráveis; colmatar a falta de amparo a uma população maioritariamente com redes sociais frágeis e ignorância do funcionamento de instituições (saúde, financeiras, segurança social, etc.), no período pós-acolhimento. A vertente formação é dirigida a ex-acolhidos, a acolhidos em pré-autonomia e a cuidadores e candidatos a cuidadores, visando a promoção de boas práticas. O terceiro eixo, Valor Humano, foca-se na mobilização de voluntários, sejam profissionais qualificados ou pontuais, na sensibilização da sociedade e na investigação científica.

A Plataforma PAJE, através do acompanhamento a jovens, consegue avaliar o perfil de saída, a integração familiar, social e profissional para poder desde logo atuar com procedimentos adequados para a preparação de uma autonomização favorável. Daí surge, ainda, a oportunidade de aferir o trabalho que ainda necessita ser realizado no período de acolhimento para que a escolha de institucionalização sirva o propósito para o qual foi criado. Torna-se essencial evitar que exista uma revitimização sucessiva do jovem, procurando atender e suprimir as suas necessidades materiais, mas também as suas necessidades afetivas, procurando compreender as suas dificuldades e criar um ambiente seguro que lhe permita explorar o mundo, tendo sempre em conta a necessidade de trabalhar competências de autogestão. O feedback dado pelos jovens no âmbito

do I Encontro Nacional de Jovens (Ex)acolhidos reflete a superação destes desafios, sendo dado especial destaque ao afeto que advém da intervenção da associação: “eu endireitei-me graças à PAJE”, “pedi ajuda à PAJE quando estava no fundo do poço”, “ainda hoje sinto o afeto dado pela Plataforma”, “Agora apoio-me muito na PAJE. Quando preciso de alguma coisa recorro a eles, mesmo que seja para desabafar”.

Esta plataforma, tendo como propósito o apoio a jovens ex-acolhidos, procura ir mais além, propondo-se atuar ao nível da prevenção, através da formação de cuidadores e de jovens em pré-autonomia, com o propósito de os dotar de competências que permitam ultrapassar a saída da instituição, que é, muitas vezes, realizada sem rede de apoio. Gaspar (2014) reforça que os funcionários da instituição podem proporcionar ligações de proximidade e afeto, e que tais relações podem alcançar a satisfação em muitas das dimensões vincutativas necessárias, facilitando a reorganização da vinculação no jovem institucionalizado. Aponta que se a institucionalização ocorrer num lar de acolhimento funcional, embora não sendo desejável, pode trazer benefícios. Nesse sentido propõe que seja dada formação a cuidadores, clarificando as várias áreas que julga devem ser abordadas neste tipo de intervenção. Para o cumprimento deste propósito, a plataforma encontra-se a implementar vários projetos, entre eles uma formação a cuidadores e um programa de follow-up para casas de acolhimento.

A PAJE pretende dar ao jovem o apoio que a transição para a vida adulta autónoma requer, e que, em famílias com estilos de vinculação saudáveis, são os pais ou familiares a dar (Bowlby, 1988). O jovem, que sai da instituição de acolhimento, onde muitas vezes não consegue criar relações seguras e de confiança, sente-se perdido, desorientado e sozinho. A PAJE quer colmatar esta falha orientando o jovem, promovendo o desenvolvimento de competências e sendo uma base à qual ele poderá regressar quando tiver dúvidas ou se sentir mais desamparado.

O jovem que, ao sair da instituição se vê sozinho e desamparado, pode apoiar-se em soluções mais fáceis e arriscadas, enveredando por comportamentos desviantes, sem ter definido um propósito ou objetivo para a sua vida. Na casa que antes foi sua, a porta foi fechada, mas a PAJE procura abrir uma nova porta, para um meio seguro, onde o jovem terá o apoio e a compreensão que necessita para resolver com sucesso esta nova fase de transição em que se encontra. A plataforma não pretende ter um carácter assistencialista, mas sim dotar o jovem de competências que lhe permitam por si só, resolver os desafios com que se vai deparando, tendo a certeza de que se necessitar de ajuda, alguém o irá orientar. Procura complementar o trabalho realizado pela instituição ou superar eventuais lacunas.

Gaspar (2014) refere a escassez de estudos e de literatura sobre a transição dos jovens para fora das instituições, sendo igualmente poucos os estudos que se focam nos comprometimentos socio-emocionais das crianças institucionalizadas, que mostram muitas vezes, empiricamente, padrões de afeto e relacionamento atípicos. Quanto maior for a duração do acolhimento institucional, maiores serão os comprometimentos no desenvolvimento.

A saída da instituição, pouco ou nada preparada (Gaspar, 2014), pode levar à leitura, por parte do jovem, de desinteresse por parte dos cuidadores. Para muitos, ao saírem, fica o vazio e a solidão.

Torna-se, então, essencial, um aumento da investigação nesta área, para uma melhor compreensão dos sistemas e temas que envolvem a realidade institucional, e, uma maior atenção às dificuldades sentidas pelos jovens no seu processo de autonomização, traduzindo-se consequentemente, num maior suporte.

Conclusão

Uma sociedade desenvolvida necessita estar atenta aos que se encontram na sua “periferia”, formando e capacitando os seus cidadãos, principalmente os que se encontram em situação de maior vulnerabilidade. Não conseguindo comandar as conjunturas da vida - por vezes geracionais - que conduzem as crianças a um desenvolvimento precário e ao acolhimento residencial, temos o dever de melhorar as suas vidas, com os contextos disponíveis. Quando as crianças são retiradas às suas famílias por estas constituírem um ambiente prejudicial, compete às instituições criarem condições contentoras, securizantes e capazes de preparar para uma vida onde a autonomia assume um aspeto fundamental. Na prática, há muitos fatores decisivos durante o período de acolhimento, a vivência institucional, mais propensa à falta de afetos e proximidade, pode não concorrer para eliminar as memórias negativas vividas na família, antes adicionando outras. São frequentemente relatadas faltas de suporte às transições e de aprendizagens necessárias à vida para além da instituição, sendo uma área de preocupação crescente por parte dos responsáveis pelas Casas de Acolhimento.

Não ocorrendo uma diminuição consistente do número de jovens em acolhimento residencial, e constataando o impacto negativo desta medida (por exemplo, pelos dados dos relatórios anuais CASA ao nível dos problemas comportamentais e do insucesso escolar), torna-se imperioso não ficar indiferente a esta “franja” da nossa sociedade. A Plataforma PAJE visa atender às especificidades desta população, desempenhando o seu papel a partir de uma idade crucial para o jovem: do fim da sua adolescência e passagem à adultez. A autonomização é uma “capacidade” que não surge com facilidade nos jovens após a saída do acolhimento. A falta de suporte e afeto, a ausência de modelos e a falta de aprendizagens, perturba a vivência interna e a social. Consequentemente, muitos aspiram encontrar fugas da realidade e a seguir por escolhas de vida lesivas para si e para quem outrem. Muitas vezes repetem-se os ciclos viciosos.

A Educação não-formal mostra-se como dimensão mais exequível à necessidade e disponibilidade dos jovens (ex)acolhidos. Afastando-se de uma imposição excessiva de regras adaptadas a uma sociedade na

qual não estão incluídos, a formação não-formal beneficia da tenacidade deliberada dos jovens e da percepção de que necessitam de auxílio. A aprendizagem é pragmática e tende a proporcionar a sua inclusão social e consequente melhoria na qualidade de vida.

Os caminhos a percorrer são laboriosos e extensos, é necessário muito trabalho para alterar a realidade

esmagadora dos milhares de crianças que crescem sem boas oportunidades de desenvolvimento e dos adultos fruto desses passados. Ainda assim, a visibilidade para estas conjunturas e para medidas coletivas tem vindo a crescer, influenciando leis e comportamentos institucionais. As portas estão abertas para mudanças futuras.

Referências

- Alberto, I. M. M. (2010). *Maltrato e trauma na infância* (2nd ed.). Coimbra: Almedina.
- Belsky, J. (1993). Etiology of child maltreatment: A developmental – ecological analysis. *Psychological Bulletin*, 114(3), 413-434.
- Berens, A. E., & Nelson, C. A. (2015). The science of early adversity: is there a role for large institutions in the care of vulnerable children?. *The Lancet*, 386(9991), 388-398.
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and loss: Volume 1-Attachment*. (2nd Ed). New York: Basic Books. ISBN: 0-465-00543-8.
- Bowlby, J. (1988). *A secure base: Clinical applications of attachment theory*. London: Routledge.
- Brannen, J., & Nielsen, A. (2002). Young people's time perspectives: From youth to adulthood. *Sociology*, 36(3), 513-537.
- Bronfenbrenner, U. (1994). Ecological models of human development. In International Encyclopedia of Education, Vol. 3, 2nd. Ed. Oxford: Elsevier. Reprinted In M. Gauvain & Cole, M. (Eds), *Readings on the development of children*, 2nd ED. (1993, pp. 37-43). NY: Freeman.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon & R. M. Lerner (Eds.), *Theoretical models of human development* (5 ed.) (Handbook of Child Psychology; Vol. 1). New York: Wiley. (pp. 993-1028). ISBN: 978-0471272885.
- Bronfenbrenner, U. (2004). *Making human beings human: bioecological perspectives on human development*. Londres: Sage.
- Calheiros, M.M., Graça, J., Morais, I., Mendes, R., Jesus, H., & Garrido, M. V. (2013). Desenvolvimento de um programa de preparação para a vida autónoma para jovens em acolhimento residencial. In M.M. Calheiros & M.V. Garrido (Eds.), *Crianças em risco e perigo - Contextos, investigação e intervenção* (vol. 3). Lisboa: Edições Sílabo. (pp. 241-294) ISBN: 978-972-618-632-8
- Chazan, B. (2003). The philosophy of informal Jewish education. *The encyclopedia of nonformal education* (13-30).
- Cicchetti, D., & Valentino, K. (2006). An Ecological-Transactional Perspective on Child Maltreatment: Failure of the Average Expectable Environment and Its Influence on Child Development. In D. Cicchetti & D. J. Cohen, *Developmental psychopathology: Risk, disorder, and adaptation* (2nd Ed., Vol. III). New York: John Wiley & Sons. (pp. 129-201).
- Galland, O. (1991). *Sociologie de la jeunesse: l'entrée dans la vie*. Paris: Armand Colin.
- Gaspar, J. P. (2014). Os desafios da autonomização: Estudo compreensivo dos processos de transição para diferentes contextos de vida, na perspetiva de adultos e jovens adultos ex-institucionalizados (Tese de doutoramento em Psicologia da Educação). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.

- Gauvain, M., & Cole, M. (1993). *Readings on the development of children* (2nd. Ed.). New York: Freeman. (pp. 37-43).
- Ghon, M. G. (2006). Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, 14(50), 27-38.
- Gudmunson, C. G., Ryherd, L. M., Bougher, K., Downey, J. C., & Zhang, D. (2013). *Adverse childhood experiences in Iowa: A new way of understanding lifelong health*. Iowa: Central Iowa ACEs Steering Committee.
- Instituto da Segurança Social (2013). *CASA 2013: Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Instituto da Segurança Social, I. P. – Departamento de Desenvolvimento Social e Programas/Unidade de Infância e Juventude.
- Instituto da Segurança Social (2014). *CASA 2014: Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Instituto da Segurança Social, I. P. – Departamento de Desenvolvimento Social e Programas/Unidade de Infância e Juventude.
- Instituto da Segurança Social (2015). *CASA 2015: Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Instituto da Segurança Social, I. P. – Departamento de Desenvolvimento Social e Programas/Unidade de Infância e Juventude.
- Instituto da Segurança Social (2016). *CASA 2016: Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Instituto da Segurança Social, I. P. – Departamento de Desenvolvimento Social e Programas/Unidade de Infância e Juventude.
- IOWA (2012). Behavioral Risk Factor Surveillance System Survey Data. Iowa Department of Public Health in collaboration with the Centers for Disease Control and Prevention.
- Joseph, M. A., O'Connor, T. G., Briskman, J. A., Maughan, B., & Scott, S. (2014). The formation of secure new attachments by children who were maltreated: An observational study of adolescents in foster care. *Development and Psychopathology*, 26, 67-80.
- La-Belle, T. J. (1981). An introduction to the non-formal education of children and youth. *Comparative Education Review*, 25(3), 313-329.
- La-Belle, T. J. (1982). Formal, non-formal and informal education: A holistic perspective on lifelong learning. *International Review of Education*, 28(2), 159-175.
- La-Belle, T. J., & Sylvester, J. J. (1990). Delivery systems – formal, non-formal, informal. In R.M. Thomas (Ed.), *International comparative education*. Oxford: Pergamon Press. (pp. 141-160)
- Noble, K., Houston, S., Brito, N. (2015). Family Income, Parental Education and Brain Structure in Children and Adolescents. *Nature Neuroscience*, 18(5), 1-8
- Pereira, M., Soares, I., Dias, P., Silva, J., Marques, S. & Baptista, J. (2010). Desenvolvimento, psicopatologia e apego: Estudo exploratório com crianças institucionalizadas e suas cuidadoras. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(2), 222-231.
- Romi, S., & Schmida, M. (2009). Non-formal education: A major educational force in the post modern era. *Cambridge Journal of Education*, 39(2), 257-273.
- Sampaio, D. (2006). *Lavrar o Mar: Um Novo olhar sobre o relacionamento entre pais e filhos*. Lisboa: Editorial Caminho. ISBN: 9789722118231.
- Schlossberg, N., & Entine, A. (Eds.) (1977). *Counseling adults in transition: Linking practice with theory*. California: Brooks/Cole Publishing Company.

Documento Legislativo:

Lei nº 147/99. Diário da República, Iª Série-A, nº 204 (01/09/1999) (pp. 6115-6132)